

HABEAS CORPUS Nº 431.151 - PR (2017/0334729-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CÉZAR ROBERTO BITENCOURT E OUTROS
ADVOGADOS : CÉZAR ROBERTO BITENCOURT - RS011483
JOSÉ FERNANDO GONZALEZ - RS045045
BELCHIOR GUIMARAES ALVES FILHO - DF045095
VANIA BARBOSA ADORNO BITENCOURT - DF049787
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : VANDERSON BENEDITO CORREA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido de liminar, impetrado em favor de **VANDERSON BENEDITO CORREA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O paciente, pela prática delitiva tipificada no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, foi condenado à pena de 25 anos de reclusão em regime inicial fechado, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Em 29/6/2017, foi deferido o pedido de substituição da segregação provisória por medidas cautelares diversas da prisão (fls. 113-117).

A defesa interpôs apelação, que foi parcialmente provida a fim de reduzir a pena para 20 anos de reclusão, com a revogação da anterior prisão domiciliar e do uso da tornozeleira eletrônica concedidos, expedindo-se mandado de prisão. No dia 11/12/2017, foram opostos embargos infringentes.

Neste *mandamus*, o impetrante requer seja, liminarmente e no mérito, restabelecida a aplicação das medidas cautelares anteriormente concedidas até o julgamento final dos embargos infringentes que tramitam no Tribunal *a quo*.

Liminar deferida (e-STJ, fls. 197-201).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem para que o paciente aguarde o julgamento dos embargos, cumprindo as medidas cautelares impostas (e-STJ, fls. 99-100).

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso interposto, revogou as medidas cautelares nestes termos:

"[...] Registre-se que diante da cessão do excesso de prazo para julgamento do presente recurso, bem ainda da devida observância do princípio da razoabilidade vez que o corréu, o qual ainda não foi julgado pelo Tribunal do Júri, encontra-se preso, deve ser revogada a anterior prisão domiciliar concedida e o uso da tornozeleira eletrônica, expedindo-se mandado de prisão contra o apelante VANDERSON BENEDITO CORREA o qual possui condenação confirmada em 2º grau [...]" (e-STJ, fl. 168).

Importante frisar que, embora julgado o recurso de apelação, os embargos

infringentes apresentados pela defesa encontram-se pendentes de julgamento. Consulta ao *site* eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná revela que, em 7/2/2019, o processo incluso em pauta de julgamento.

Nesse contexto, está claro que não foram alterados os motivos que embasaram o deferimento de liminar no presente *writ*. Assim, se o processo ainda não alcançou termo, não é plausível a privação da liberdade sem que se demonstre, por decisão devidamente fundamentada, a imprescindibilidade da medida extrema, que deve ser sempre a *ultima ratio*.

No mesmo sentido, veja-se este precedente:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. FURTO SIMPLES. CONDENAÇÃO MANTIDA NO JULGAMENTO DE APELAÇÃO CRIMINAL. DETERMINAÇÃO DE EXPEDIÇÃO IMEDIATA DE MANDADO DE PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS INFRINGENTES OPOSTOS PELA DEFESA. VIAS RECURSAIS ORDINÁRIAS NÃO EXAURIDAS. ORDEM CONCEDIDA.

I - O Supremo Tribunal Federal, evoluindo em seu entendimento, consignou, por ocasião do julgamento do HC n. 126.292/SP, que 'A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal' (HC n. 126.292/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 17/5/2016).

II - Dessarte, em outras palavras, está autorizada a execução provisória da pena após o julgamento em segunda instância, ressalvadas hipóteses em que seja possível a superação de tal entendimento pela existência de flagrante ilegalidade.

III - Na hipótese, não estão exauridas as vias recursais ordinárias, tendo-se em vista que houve a oposição de embargos infringentes pela defesa, pendentes de julgamento, fato que impede, por enquanto, a aplicação do precedente fixado pelo col. Pretório Excelso.

Ordem concedida para determinar que o paciente, salvo se por outro motivo estiver preso, aguarde em liberdade o esgotamento das vias recursais ordinárias." (HC 372.357/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe de 30/11/2016.)

Por fim, pelas mesmas razões acima alinhavadas, é cabível a manutenção das medidas cautelares impostas a fim de que o paciente possa aguardar o julgamento dos embargos infringentes pela segunda instância, esgotando-se, conseqüentemente, a jurisdição ordinária (HC 448.478/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 23/8/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX do RISTJ, **concedo a ordem** para que, ratificando a liminar deferida, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento de todos os seus recursos pelo Tribunal de segundo grau, com o conseqüente esgotamento da jurisdição ordinária, se por outro motivo não estiver preso.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

